

FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA JUVENTUDE

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Pág.: 1

DEZEMBRO(31/12/2022)

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA JUVENTUDE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		EMIÇÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo Municipal da Infância e da Juventude CNPJ: 06.232.049/0001-56

Rua Imaculada da Conceição, nº 25, Centro – CEP 55.880-000 – Ferreiros-PE

O Fundo Municipal da Infância e da Juventude concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “atividades de associações de defesa de direitos sociais”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.082/2021 de 02 de Dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: José Roberto de Oliveira .Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 117 de 28 de dezembro de 2021 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, ajuste de perdas de créditos a curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamentos em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo e demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais



a pagar de longo prazo e obrigações fiscais a longo prazo com a União). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2022 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2022 soma R\$ 392,39, diminuindo em R\$ 403,42, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 795,81.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2022, R\$ 110,04, houve uma diminuição de R\$ 378,15, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 488,19.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo

A soma dos créditos a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 0,00, permanecendo com o mesmo valor em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.



1.1.3 Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo

Não houve.

1.1.4 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 282,35, houve uma diminuição de R\$ 25,27 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 307,62.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 4.437,50. No exercício de 2022 chegou ao montante de R\$ 14.995,12 sendo:

Descrição	2022	2021
Bens Móveis	21.798,42	4.973,00
(-)Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-6.803,30	-535,50
Total	14.995,12	4.437,50

No decurso do exercício de 2022 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal da Infância e da Juventude nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 16.825,42 em relação ao ano de 2021), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ -6.803,30 e em 2021 o valor de R\$ -535,50. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante



O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2022 o valor de R\$ 4.200,44, um aumento com relação ao exercício anterior de R\$ 1.238,03, que foi de R\$ 2.962,41.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar 2022 no valor de R\$ 0,00, Encargos Sociais a Pagar no valor de R\$ 1.586,39, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo no valor de R\$ 0,00, Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 1.423,04 e demais obrigações a curto prazo na importância de R\$ 1.191,01.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00 para o RGPS e R\$ 0,00 para o RPPS. Quanto aos valores do RGPS estão fundamentados em relatórios emitidos pela RFB e quanto ao RPPS com informações da NAF – Núcleo de Auditoria Fiscal do MPS. Tem indicador permanente “P”.

1.4.2 Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União

O valor da conta Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União em 2022 foi de R\$ 0,00 e no exercício anterior foi de R\$ 0,00.

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2021 foi de R\$ 2.270,90 e em 2022 totalizou em R\$ 11.187,07 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ 8.916,17, de 2021 para 2022, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.



1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.6.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

LABOR OMNIA VINCIT

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DE FERREIROS

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Pág.: 1

DEZEMBRO(31/12/2022)

ISOLADO: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DE FERREIROS

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		EMIÇÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





INFORMAÇÕES GERAIS:

O Fundo Municipal de Ação Social de Ferreiros CNPJ: 08.626.506/0001-12

Av. Francisco Freire da Silva, nº 33, Centro – CEP 55.880-000 – Ferreiros-PE

O Fundo Municipal de Ação Social de Ferreiros concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Seguridade social obrigatória”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.082/2021 de 02 de Dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Kátia de Freitas Xavier Oliveira .Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 117 de 28 de dezembro de 2021 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, ajuste de perdas de créditos a curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamentos em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo e demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais



a pagar de longo prazo e obrigações fiscais a longo prazo com a União). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2022 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2022 soma R\$ 333.085,17, aumentando em R\$ 115.810,58, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 217.274,59.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2022, R\$ 272.796,66, houve um aumento de R\$ 115.504,44, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 157.292,22.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo



A soma dos créditos a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 0,00, permanecendo com o mesmo valor em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.

1.1.3 Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo

Não houve.

1.1.4 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 60.288,51, houve um aumento de R\$ 306,14, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 59.982,37.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ -4.902,03. No exercício de 2022 chegou ao montante de R\$ 39.990,64 sendo:

Descrição	2022	2021
Bens Móveis	170.533,90	141.257,63
(-)Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-130.543,26	-146.159,66
Total	39.990,64	-4.902,03

No decurso do exercício de 2022 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal de Ação Social de Ferreiros nas contas Bens Móveis (havendo um aumento de R\$ 29.276,27 em relação a 2021 que foi de R\$ 141.257,63), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ -130.543,26 e em 2021



o valor de R\$ -146.159,66. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2022 o valor de R\$ 89.260,33, uma diminuição com relação ao exercício anterior de R\$ 55.002,19, que foi de R\$ 144.262,52.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar 2022 no valor de R\$ 0,00, Encargos Sociais a Pagar no valor de R\$ 8.997,43, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo no valor de R\$ 0,00, Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 6.889,23 e demais obrigações a curto prazo na importância de R\$ 73.373,67.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00 para o RGPS e R\$ 0,00 para o RPPS. Quanto aos valores do RGPS estão fundamentados em relatórios emitidos pela RFB e quanto ao RPPS com informações da NAF – Núcleo de Auditoria Fiscal do MPS. Tem indicador permanente “P”.

1.4.2 Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União

O valor da conta Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União em 2022 foi de R\$ 0,00 e no exercício anterior foi de R\$ 0,00.

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2021 foi de R\$ 68.110,04 e em 2022



totalizou em R\$ 283.815,48 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ 215.705,44, de 2021 para 2022, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.6.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FEM

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Pág.: 1

DEZEMBRO(31/12/2022)

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FEM

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		EMIÇÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





INFORMAÇÕES GERAIS:

Prefeitura Municipal de Ferreiros - FEM CNPJ: **17.928.761/0001-00**

Av. Francisco Freire da Silva, nº 32, Centro – CEP 55.880-000 – Ferreiros-PE

A Prefeitura Municipal de Ferreiros - FEM concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.082/2021 de 02 de Dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: José Roberto de Oliveira .Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 117 de 28 de dezembro de 2021 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, ajuste de perdas de créditos a curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamentos em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo e demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais



a pagar de longo prazo e obrigações fiscais a longo prazo com a União). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2022 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2022 soma R\$ 179.750,03, aumentando em R\$ 52.850,78 , em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 126.899,25.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2022, R\$ 179.750,03, houve um aumento de R\$ 52.850,78, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 126.899,25.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo

A soma dos créditos a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 0,00, permanecendo com o mesmo valor em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.



1.1.3 Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo

A soma dos ajustes de perdas de créditos a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 0,00 permanecendo com o mesmo valor no exercício de 2021 foi de R\$ 0,00.

1.1.4 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 0,00, permanecendo com o mesmo valor em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 776.541,63. No exercício de 2022 chegou ao montante de R\$ 989.107,82 sendo:

Descrição	2022	2021
Bens Imóveis	1.012.726,29	776.541,63
Depreciação	-23.618,47	0,00
Total	989.107,82	776.541,63

No decurso do exercício de 2022 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ferreiros - FEM nas contas Bens Móveis (0,00) e Imóveis (aumento de 236.184,66 em relação ao ano de 2021), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis e bens imóveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ - 23.618,47 e em 2021 o valor de R\$ 0,00. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.



1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2022 o valor de R\$ 39.943,93, um aumento com relação ao exercício anterior de R\$ 5.559,38, que foi de R\$ 34.384,55.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar 2022 no valor de R\$ 0,00, Encargos Sociais a Pagar no valor de R\$ 0,00, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo no valor de R\$ 0,00, Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 24.281,60 e demais obrigações a curto prazo na importância de R\$ 15.662,33.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00 para o RGPS e R\$ 0,00 para o RPPS. Quanto aos valores do RGPS estão fundamentados em relatórios emitidos pela RFB e quanto ao RPPS com informações da NAF – Núcleo de Auditoria Fiscal do MPS. Tem indicador permanente “P”.

1.4.2 Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União

O valor da conta Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União em 2022 foi de R\$ 0,00 e no exercício anterior foi de R\$ 0,00.

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2021 foi de R\$ 869.056,33 e em 2022 totalizou em R\$ 1.128.913,92 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma



variação de R\$ 259.857,59, de 2021 para 2022, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.6.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Pág.: 1

DEZEMBRO(31/12/2022)

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		EMIÇÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Rua Imaculada Conceição, Nº 25 - Centro - Ferreiros - PE
CNPJ Nº 45.273.338/0001-55
www.ferreiros.pe.gov.br / conselhoidoso2022@gmail.com



INFORMAÇÕES GERAIS:

O Fundo Municipal de Direitos do Idoso CNPJ: 45.273.338/0001-55
Rua Imaculada Conceição, nº 25, Centro – CEP 55.880-000 – Ferreiros-PE

O Fundo Municipal de Direitos do Idoso concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.082/2021 de 02 de Dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Kátia de Freitas Xavier Oliveira .Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com
Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 117 de 28 de dezembro de 2021 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, ajuste de perdas de créditos a curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamentos em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo e demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais



a pagar de longo prazo e obrigações fiscais a longo prazo com a União). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2022 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2022 soma R\$ 10,14, aumentando em R\$ 10,14, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2022, R\$ 10,14, houve um aumento de R\$ 10,14, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo

A soma dos créditos a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 0,00, permanecendo com o mesmo valor em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.



1.1.3 Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo

Não houve.

1.1.4 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 0,00, permanecendo com o mesmo valor em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 0,00. No exercício de 2022 chegou ao montante de R\$ 0,00 sendo:

Descrição	2022	2021
Bens Móveis	0,00	0,00
(-)Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

No decurso do exercício de 2022 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal de Direitos do Idoso nas contas Bens Móveis, enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ 0,00 e em 2021 o valor de R\$ 0,00. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante



O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2022 o valor de R\$ 0,00, permanecendo com o mesmo valor com relação ao exercício anterior que foi de R\$ 0,00.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar 2022 no valor de R\$ 0,00, Encargos Sociais a Pagar no valor de R\$ 0,00, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo no valor de R\$ 0,00, Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 0,00 e demais obrigações a curto prazo na importância de R\$ 0,00.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00 para o RGPS e R\$ 0,00 para o RPPS. Quanto aos valores do RGPS estão fundamentados em relatórios emitidos pela RFB e quanto ao RPPS com informações da NAF – Núcleo de Auditoria Fiscal do MPS. Tem indicador permanente “p”.

1.4.2 Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União

O valor da conta Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União em 2022 foi de R\$ 0,00 e no exercício anterior foi de R\$ 0,00.

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2021 foi de R\$ 0,00 e em 2022 totalizou em R\$ 10,14 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ 10,14, de 2021 para 2022, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Rua Imaculada Conceição, Nº 25 - Centro - Ferreiros - PE
CNPJ Nº 45.273.338/0001-55
www.ferreiros.pe.gov.br / conselhoidoso2022@gmail.com



1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.6.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FERREIROS

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Pág.: 1

DEZEMBRO(31/12/2022)

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FERREIROS

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		EMIÇÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundo Municipal de Saúde de Ferreiros CNPJ: 09.102.679/0001-02

Rua Duque de Caxias, nº 15, Centro – CEP 55.880-000 – Ferreiros-PE

O Fundo Municipal de Saúde de Ferreiros concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.082/2021 de 02 de Dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva do recebimento de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e outras fontes de arrecadação definidas em Lei.

Dados do Gestor:

Nome: Ivete Luna de Lacerda .Cargo: Secretária. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com

Nome: Rochana Adrielly de Lira Tavares. CRC-PE n.º 22.340/O-9 E-mail: rochana975@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 117 de 28 de dezembro de 2021 e portaria nº 1.131 de 04 de dezembro de 2021, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 como igualmente pela portaria STN nº 548/2015 com a implementação dos procedimentos patrimoniais, com a integralização total dos procedimentos aos demonstrativos contábeis.

Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, ajuste de perdas de créditos a curto prazo e demais créditos e valores a curto prazo) e Ativo Não Circulante (imobilizado e depreciação, exaustão e amortização acumuladas) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, empréstimo e financiamentos em curto prazo, fornecedores a conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo e demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais



a pagar de longo prazo e obrigações fiscais a longo prazo com a União). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit acumulados e ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2022 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2022 soma R\$ 988.687,23, aumentando em R\$ 514.565,83, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 474.121,40.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2022, R\$ 690.460,10, houve um aumento de R\$ 514.158,43, em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 176.301,67.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo



A soma dos créditos a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 0,00, permanecendo com o mesmo valor em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.

1.1.3 Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo

Não houve.

1.1.4 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A soma dos demais créditos e valores a curto prazo em 31/12/2022, R\$ 298.227,13, houve um aumento de R\$ 407,40 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 297.819,73.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Imobilizado

Imobilizado aos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 3.723.197,43. No exercício de 2022 chegou ao montante de R\$ 4.273.425,33 sendo:

Descrição	2022	2021
Bens Móveis	3.015.541,51	2.761.522,86
Bens Imóveis	2.459.071,55	1.956.340,72
(-)Depreciação, exaustão e amortização acumuladas	-1.201.187,73	-994.666,15
Total	4.273.425,33	3.723.197,43

No decurso do exercício de 2022 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde de Ferreiros nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 254.018,65 em relação ao ano de 2021) e Bens Imóveis (aumento de R\$ 502.730,83 em relação ao ano de 2021) enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.2 Depreciação



Os valores da depreciação acumulada (bens móveis e imóveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2022 está acumulada em R\$ -1.201.187,73 e em 2021 o valor de R\$ -994.666,15. A mesma foi aplicada seguindo a metodologia linear correspondente a 10% a.a.

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2022 o valor de R\$ 1.723.369,87, um aumento com relação ao exercício anterior de R\$ 166.810,58, que foi de R\$ 1.556.559,29.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar 2022 no valor de R\$ 26.563,00, Encargos Sociais a Pagar no valor de R\$ 73.274,71, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo no valor de R\$ 0,00, Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo no valor de R\$ 153.387,82 e demais obrigações a curto prazo na importância de R\$ 1.470.144,34.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais A Curto Prazo:

Valores identificados no item 1.3.1.

1.3.4 Demais Obrigações à Curto Prazo

Valores identificados no item 1.3.1

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo no valor de R\$ 0,00, sendo R\$ 0,00 para o RGPS e R\$ 0,00 para o RPPS. Quanto aos valores do RGPS estão fundamentados em relatórios emitidos pela RFB e quanto ao RPPS com informações da NAF – Núcleo de Auditoria Fiscal do MPS. Tem indicador permanente “P”.

1.4.2 Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União

O valor da conta Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União em 2022 foi de R\$ 0,00 e no exercício anterior foi de R\$ 0,00.

1.5 Patrimônio Líquido



Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2021 foi de R\$ 2.640.759,54 e em 2022 totalizou em R\$ 3.538.742,69 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores, e a conta de ajustes de exercícios anteriores). Houve uma variação de R\$ 897.983,15, de 2021 para 2022, devido a variações das operações da entidade. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

1.6.5 Adequação do PIPCP:

As informações apresentadas nos Balanços Patrimonial, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base nos seus elementos constituintes e suas peculiaridades, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao parágrafo 4 do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.